




XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



A produção do espaço urbano pelo Lulismo: contradições específicas da dependência

La producción del espacio urbano por Lulismo:
contradicciones específicas de la dependencia

*Isadora de Andrade Guerreiro, doutoranda da Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-
USP), isaguerreiro@uol.com.br*

RESUMO

Retomando o debate acerca da especificidade da economia brasileira em André Gunder Frank, que a definiu em termos de um “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, procura-se entender o chamado *Lulismo* como a forma específica que adquiriu a dependência no último período no Brasil: uma necessária atualização da base produtiva nacional para dar resposta à atual predominância do capital financeiro mundialmente. Para tanto, percorre-se o pensamento de Francisco de Oliveira, Sérgio Ferro e Ruy Mauro Marini, para os quais a leitura do desenvolvimento capitalista no país articula elementos do subdesenvolvimento de maneira dialética, funcionalizando permanências na expansão e acumulação do capital. A produção do urbano é entendida aqui como chave privilegiada de análise desta dialética, em particular na sua forma *lulista*, na medida em que articula mercado e Estado de maneira específica. A finalidade desta articulação seria aquela de colocar em andamento toda uma nova estrutura produtiva do urbano, que relaciona renda da terra, mercado de crédito e a construção civil por meio do Programa Minha Casa Minha Vida. Nele, o discurso desenvolvimentista mal esconde a permanência de elementos “arcaicos” (como a periferização horizontalizada articulada com a precarização e simplificação do trabalho no canteiro de obras) combinados com o aprofundamento das desigualdades e conflitos urbanos – expressos contundentemente em grandes ocupações de terra.

Palavras Chave: Produção do urbano, Lulismo, Dependência, PMCMV.

RESUMEN

Al reanudar el debate acerca de la especificidad de la economía brasileña en André Gunder Frank, que se define en términos de un "desarrollo del subdesarrollo", tratamos de comprender el llamado *Lulismo* como la forma específica que ha adquirido la dependencia en el último período en Brasil: una condición necesaria para actualizar la base de la producción nacional para cumplir con el actual predominio del capital financiero en todo el mundo. Por lo tanto, se desnuda el pensamiento de Francisco de Oliveira, Sérgio Ferro y Ruy Mauro Marini, para el que la lectura del desarrollo capitalista en el país articula elementos de subdesarrollo dialécticamente, dando funcionalidad a las permanencias en la expansión y acumulación de capital. La producción urbana se entiende aquí como el análisis privilegiado de esta dialéctica, en particular, en su camino *lulista*, ya que articula mercado y Estado de manera específica. El propósito de esta unión sería el de poner en marcha una nueva producción entera de la estructura urbana, que enumera renta de la tierra, los mercados de crédito y la construcción a través de lo “Programa Minha Casa Minha Vida”. En ello, el discurso del desarrollo apenas oculta los elementos de permanencia “arcaica” (como la periferización con implantación horizontal de las unidades habitacionales, articulada con la precariedad y la simplificación de los trabajos en el sitio de construcción) en combinación con la profundización de las desigualdades y los conflictos urbanos - expresa en grandes ocupaciones de tierras.

Palabras Clave: Producción urbana, Lulismo, Dependencia, PMCMV.

DESENVOLVIMENTO URBANO E DEPENDÊNCIA NO *LULISMO*

O fenômeno do *Lulismo* tem sido estudado em diversas áreas das ciências humanas, sob pontos de vista e espectros ideológicos diferentes. No entanto, estas pesquisas pouco têm adentrado no escopo da arquitetura e do urbanismo. Os estudos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), largamente aprofundados no campo do planejamento urbano e da habitação, têm dificuldade em se relacionar com o conceito. Pretende-se aqui compor algumas notas a respeito desta relação, na tentativa de compreender tanto o fenômeno indicado quanto os (des)caminhos do desenvolvimento urbano brasileiro no último período.

O *Lulismo* traz uma série de mudanças na estrutura social, econômica, política e *territorial* do Brasil, fato que levou seus ideólogos a falarem em *neodesenvolvimentismo*, modo de regulação que mistura elementos do desenvolvimentismo e do neoliberalismo. Desde esse ponto de vista, a eclética combinação daria resposta à especificidade do país (e da América Latina) no atual estágio de acumulação do capital, na medida em que permitiria certo desenvolvimento interno, com ganhos para a classe trabalhadora, sem deixar de lado preceitos da economia neoliberal. Este entendimento, bastante frágil, não consegue explicar as contradições decorrentes de um pretense avanço das forças produtivas com o paralelo avanço das desigualdades, precariedades, e exacerbação das violências sociais; ou ainda, no atual ocaso do *Lulismo*, não consegue responder de maneira satisfatória à pergunta “o que deu errado, afinal?”.

Neste artigo será adotada a perspectiva teórica da *dependência*, na sua chave marxista, presente em autores como Ruy Mauro Marini e Sérgio Ferro. Tais autores falam sobre a impossibilidade estrutural do desenvolvimento capitalista clássico no país, dentro do pressuposto de André Gunder Frank de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, para o qual o avanço das forças produtivas no país só pode ter o sentido de aprofundar as desigualdades típicas (e funcionais) de sua posição dependente. Cabe muito bem, portanto, o desenvolvimentismo-neoliberal do *Lulismo* que, ao colocar em andamento um programa de desenvolvimento capitalista com ganhos redistributivos para a classe trabalhadora, só faz aprofundar as desigualdades. Neste arcabouço cabem as hipóteses de conciliação de classe (Singer, 2012) e avanço do “preariado” (Braga, 2012), entre outros.

Desde esse outro ponto de vista, o *Lulismo* deve ser entendido como o conteúdo historicamente determinado da luta de classes para a forma dependente no atual estágio de acumulação – que corresponde a uma maior predominância das formas financeiras e fictícias de reprodução do capital. A hipótese que apresentamos é a de que a resposta específica que o *Lulismo* deu à essa requisição mais violenta representada pelo capital financeiro recorreu à *intensificação da renda da terra, na sua face rural e urbana*. Para tanto, combina (de maneira *paralela e combinada* à forma específica da *superexploração da força de trabalho*) a extensão do uso da terra (por meio da incorporação de novas terras ao processo produtivo rural e urbano) e sua intensificação (aumentando sua produtividade por mecanismos que avançam a extração de mais-valia relativa e, portanto, da subsunção real do trabalho ao capital).

Retomaremos inicialmente este debate teórico sobre a dependência, para depois compreender como a dinâmica urbana se articula dentro de seus pressupostos.

DESENVOLVIMENTO DO SUBDESENVOLVIMENTO

“(…) O subdesenvolvimento não se deve à sobrevivência de instituições arcaicas ou à falta de capital nas regiões que se mantiveram isoladas da corrente da história do mundo. Pelo contrário, o subdesenvolvimento foi e é ainda gerado pelo mesmo processo histórico que gera também o desenvolvimento econômico: o desenvolvimento do próprio capitalismo” (Frank, 1967).

FRANCISCO DE OLIVEIRA: ARCAICO FUNCIONAL À EXPANSÃO CAPITALISTA (1972)

No início da década de 1970, Francisco de Oliveira fez um ensaio seminal, “Crítica à Razão Dualista”, no qual se contrapõe à visão dualista da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), para a qual a presença de aspectos arcaicos na nossa economia seria barreira para o desenvolvimento industrial – visão presente também na estratégia mundial do Partido Comunista. Oliveira apresenta uma análise da história da industrialização brasileira, na qual demonstra que, aqui, mecanismos político-econômicos utilizados nos países centrais tinham funções e resultados diversos. Sua funcionalidade seria a de manter o país como campo fértil de expansão capitalista.

Para tanto, o Estado populista tem papel central na medida em que regula o preço da força de trabalho por meio da definição do salário mínimo *por baixo do que seria seu efetivo custo*, além de ser responsável pela definição de “preços sociais”, que regulariam os demais fatores do capital.

“(…) o Estado intervêm para destruir o modo de acumulação para o qual a economia *se inclinava naturalmente*, criando e recriando as condições do novo modo de acumulação. (...) Por esta razão, os mecanismos de mercado devem ser substituídos por *controles administrativos* cuja missão é fazer funcionar a economia de forma *não-automática*” (Oliveira, 2003 [1972], 40-41. Grifos no original).

Mantendo formas primitivas de produção agropecuária, baseadas em altas taxas de exploração da força de trabalho rural, mantinha-se baixo seu custo de reprodução pelo controle do custo da alimentação, mecanismo que contribuía de duas maneiras no aspecto sistêmico: 1. Fornecimento de contingente para o exército industrial de reserva urbano; e 2. Manteria baixo o custo de reprodução da força de trabalho urbana. No entanto, estes mecanismos teriam como resultado dificuldades de realização interna das mercadorias, gerando alto grau de vulnerabilidade para crises por conta da fuga para o mercado externo. Além disso, a alta taxa de acumulação local sem reinvestimento geraria um deslocamento específico dos recursos aqui gerados para a esfera financeira, que adquire, portanto, papel central na economia de maneira precoce em relação ao centro.

Desta maneira, Oliveira articula dialeticamente a existência do que ele chama de “relações não-capitalistas” com o próprio desenvolvimento capitalista brasileiro, por conta da sua funcionalidade como manutenção de certa acumulação primitiva permanente (uma transferência constante dos fundos de reprodução do trabalho para o fundo de acumulação do capital), que promoveria espaços de expansão para o capital. A especificidade da periferia, nesta chave, seria a existência de um “pacto estrutural”, no qual se mantém a radical desigualdade por meio da aliança entre o Estado e as elites locais.

Por fim, é importante salientar que, para o autor, não é só possível o desenvolvimento capitalista no país *apesar* dos seus aspectos aparentemente arcaicos (que seriam, na verdade, funcionais), mas que seria também possível a reversão ou atenuação das desigualdades por meio do aprofundamento da luta de classes na disputa pelo *fundo público*. Segundo Oliveira, se o Estado tem posição relevante na manutenção *não-automática* da economia, seu controle é fundamental para a classe trabalhadora. Este aspecto de defesa de certo *Welfare State* (que ficará mais claro em obras posteriores suas, como “Os direitos do antivalor”, de 1998), deixa transparecer a perspectiva teórica da possibilidade do desenvolvimento capitalista “civilizatório” no país, que dependeria da capacidade organizativa da classe trabalhadora.

SÉRGIO FERRO: IMPOSSIBILIDADE DA INDUSTRIALIZAÇÃO (1969)

Antes de Francisco de Oliveira, Sérgio Ferro fará uma interpretação diversa do fenômeno da coexistência de aspectos arcaicos no desenvolvimento capitalista brasileiro. Embora a preocupação seja a mesma – a análise dialética da especificidade e da funcionalidade deste esquema, baseado em alta taxa de exploração da força de trabalho –, o arquiteto salienta outros aspectos e mecanismos, menos ligados à função de expansão do capital e mais à dependência estrutural da nossa economia, relacionada à divisão internacional do trabalho (DIT). Se, na análise de Oliveira, a DIT se limita ao *o quê* é produzido (no caso do Brasil, produtos primários), Ferro se preocupa em entendê-la em termos da produção e apropriação de mais-valia, gerada por conformações técnico-produtivas diferentes nos diversos países (com maior ou menor composição orgânica do capital). A função do país, desse ponto de vista, seria a de contrarrestar a tendência à queda da taxa de lucro presente no sistema mundial que, com o avanço da industrialização, tem diminuída, em termos relativos, a produção de mais-valia¹. Os países dependentes, como o Brasil, seriam campos férteis de manutenção da taxa média de lucro na medida em que mantém, de maneira estrutural, um grande uso de força de trabalho em comparação a países industrializados. Para Ferro, portanto, a alta taxa de exploração seria advinda da articulação entre baixa composição orgânica do capital e alto exército industrial de reserva – sendo a economia de subsistência do trabalhador mais uma consequência (funcional) do que causa originadora.

Sérgio Ferro toma de André Gunder Frank o conceito de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (Frank, 1967) para melhor caracterizar tal dinâmica. Com isso, demonstra a impossibilidade estrutural do desenvolvimento das forças produtivas no país. Para tanto, o arquiteto desnuda as relações de produção dentro do canteiro de obras, demonstrando a

1 Importante retomar o capítulo XIV do terceiro livro d’O Capital (MARX, 1986), onde o autor apresenta seis causas contrariantes à lei tendencial da queda da taxa de lucro: a elevação do grau de exploração do trabalho, a compressão do salário abaixo de seu valor, o barateamento dos elementos do capital constante, a superpopulação relativa, o comércio exterior e o aumento do capital por ações. Percebe-se que tanto Francisco de Oliveira quanto Sérgio Ferro veem a funcionalidade da dialética atraso/moderno no Brasil neste aspecto de contenção de tendência à crise do sistema, porém dão mais ou menos importância para diferentes aspectos. Em discussão de meados da década passada, os dois novamente se enfrentaram: enquanto Oliveira insistia na funcionalidade dos modos de reprodução arcaicos da força de trabalho (diminuindo seu custo para o capital), Ferro contrapunha essa perspectiva dando proeminência à pressão junto aos salários do exército industrial de reserva (Oliveira, 2006; Ferro, 2006b). Percebe-se que, mais do que o rigor teórico, o que está em questão são as formas de dar resposta às questões do ponto de vista da luta de classes. Para Oliveira, os trabalhadores retrocedem politicamente ao autoproduzir seus meios de reprodução, quando deveriam concentrar forças nas lutas reivindicativas por direitos junto ao Estado (tensionando os elementos do “antivalor”) e por melhores condições salariais junto aos capitalistas (tensionando a relação salarial e a distribuição da apropriação do mais-valor). Já para Sérgio Ferro, as condições políticas que implicam a alta taxa de exploração são intrínsecas à forma como o país se insere na DIT e, desta maneira, apenas uma revolução poderia dar resposta à situação de dependência – tanto que seu engajamento político no período foi junto à luta armada.

funcionalidade sistêmica da extrema exploração que ali ocorria, conduzida por um desenho que a projetava. Tal funcionalidade seria derivada da transferência de valor decorrente da equalização do lucro médio, que mantém úteis os setores de baixa composição orgânica do capital para o desenvolvimento capitalista.

O desenvolvimento capitalista industrial, baseado no aumento da composição orgânica do capital, analisado sob o ponto de vista da construção civil, não teria lugar nesta função do Brasil junto ao capital internacional. Sérgio Ferro salienta um aspecto importante: o caráter manufatureiro deste setor produtivo, baseado no canteiro de obra e não na planta fabril, que poderia, no máximo, passar de uma organização produtiva baseada na manufatura serial (na qual a habilidade de operário ainda é a base de organização da produção) para a heterogênea (na qual a pré-fabricação tem mais espaço). Ainda assim, o capital prefere usar os mecanismos estatais de intervenção do que ensaiar a industrialização. Desta maneira, Sérgio Ferro insere a centralidade da luta de classes nos países dependentes de maneira muito diversa de Francisco de Oliveira: enquanto este dá predominância para a disputa do Estado, o primeiro a compreende como um dispositivo que opera dentro das relações de produção, resultando na forma contraditória e específica que o desenvolvimento capitalista se dá no país.

“A forma manufatureira de produção do espaço não pode ser explicada e modificada pela consideração exclusiva de fatores endógenos. A dispersão dos canteiros, a pequena concentração dos capitais, a renda da terra, o ‘predomínio’ do mercado, etc. são causas duvidosas e insuficientes para dar conta do que é classificado como ‘atraso’ (em função do quê), falta de planejamento (no reino do plano) ou anomalia (de qual lei?). A forma manufatureira de produção do espaço só pode ser explicada como uma das manifestações localizadas da luta de classes na produção, manifestação diversa e necessariamente contraditória. E só pode ser modificada pelo aguçamento da luta de classes generalizada, também, portanto, na produção” (Ferro, 2006a [1976], 139).

RUY MAURO MARINI: DEPENDÊNCIA ESTRUTURAL (1973)

Embora não tendo relação com Sérgio Ferro (certamente por conta das dificuldades do exílio de ambos), Ruy Mauro Marini, junto a Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, tiveram ampla produção teórica que conformou uma linha de pensamento denominada “Teoria Marxista da Dependência” (TMD), em contraposição direta à “Teoria da Dependência” desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto como crítica à dualidade cepalina (Cardoso e Faletto, 1970). Partindo das mesmas hipóteses iniciais de Ferro, a saber, o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” formulado por Gunder Frank, a TMD se distancia tanto das análises de Oliveira (nos mesmos termos de Ferro) quanto de Cardoso e Faletto, como ficará claro em seguida.

A tese da TMD, apresentada principalmente no ensaio “Dialética da Dependência” de Marini, de 1973, baseia-se no pressuposto da integração da América Latina ao sistema capitalista mundial e, portanto, seu desenvolvimento não poderia ser considerado, de saída, “não-capitalista” ou “feudal”, mas *específico de uma economia dependente economicamente ao se tornar independente politicamente*. A dependência não se restringe, aqui, à entrada de capital estrangeiro para o desenvolvimento. Num movimento mais complexo, ela se articula com o mercado externo de *maneira funcional*, por meio de mecanismos de transferência de valor que permitem a industrialização dos países centrais. Internamente, as perdas ocasionadas por esta posição subalterna na DIT seriam contrarrestadas pelas elites locais pelo dispositivo da *superexploração da força de trabalho*, no qual o preço da mesma está abaixo de seu valor, ou seja,

os ganhos dos trabalhadores não são suficientes para cobrir a reprodução da sua força de trabalho e, portanto, itens como a moradia (que nos interessa em particular na conformação do espaço urbano) estão fora da sua possibilidade de acesso.

Tal dispositivo é efetivado por mecanismos de extração de mais-valia que exacerbam a taxa de exploração da força de trabalho, ao invés de incrementar sua capacidade produtiva: aumento da intensidade do trabalho, do seu prolongamento e da redução do consumo do trabalhador (transformando seu fundo de consumo em fundo de acumulação para o capital). Nesta perspectiva, a economia dependente teria um problema de realização interna da sua produção, como também aponta Oliveira. Acaba-se gerando um mercado cindido de acordo com as classes sociais, no qual se privilegia a produção de bens suntuários e de exportação. Entendida como forma estrutural do desenvolvimento capitalista na periferia, a dependência, para a TMD, só pode ser combatida através de um processo revolucionário.

Nesse aspecto ela se afasta de FHC e Faletto na medida em que estes entendem o caráter da dependência de maneira *reflexa* às economias centrais (e não como um fator estrutural definido pelo sistema mundial) e, portanto, “não colide com o desenvolvimento econômico das economias dependentes” (Cardoso, 1972, 383). Posicionam-se, assim, contra Gunder Frank ao defenderem a simultaneidade da dependência e do desenvolvimento. Os autores acreditam que a dependência da periferia não é *necessária* para os países centrais se desenvolverem, na medida em que esse crescimento se baseia no aumento de produtividade interna e não da base espoliativa fornecida pelas regiões exploradas. Da mesma maneira, também se afastam de Oliveira e sua teoria da “marginalidade funcional”, ao localizá-la de maneira pontual historicamente e ao se oporem à centralidade da exploração extensiva e ilimitada da força de trabalho marginal como especificidade do capitalismo dependente².

UMA PROPOSTA DE SÍNTESE A PARTIR DA ANÁLISE DO *LULISMO*

Ainda que de maneira muito superficial, a passagem por estes autores é fundamental para a definição da tese aqui apresentada. Bem como Sérgio Ferro que, ao analisar das relações de produção na construção civil, corroborou as teses de Gunder Frank, pretende-se compreender o caráter de atualização da dependência pelo *Lulismo* por meio da observação da dinâmica de produção do urbano realizada por ele.

A perspectiva aqui adotada é aquela da Teoria Marxista da Dependência, colada à de Sérgio Ferro. No entanto, ao tratar com as condições concretas de produção do urbano na atualidade, impõe-se um esforço de entendimento de novos mecanismos e dinâmicas do capital – ainda que o ponto de vista aqui adotado seja o de que há mudanças de conteúdo para uma *mesma forma dependente*. Além disso, é necessário pontuar que Sérgio Ferro não desdobrou sua crítica às relações de produção no canteiro de obras para o urbano, tarefa que se faz necessária aqui. Por outro lado, importantes nomes de corte marxista que investigam o urbanismo brasileiro – Ermínia Maricato, Mariana Fix, João Sette Withaker, Cibele Rizek, Joana Barros e Caio Santo Amore de Carvalho – são vinculados (com graus diversos) à perspectiva de Francisco de Oliveira. Não se trata aqui de

² Entendemos que, para além destes elementos, o pressuposto da funcionalidade da periferia no que tange às causas contrarrestantes à tendência à queda da taxa de lucro, presente em Marini (e em Sérgio Ferro), não se encontra em FHC e Faletto. Do outro lado, embora os dois últimos e Oliveira concordem que é possível o desenvolvimento na periferia, as formas são diversas: para Oliveira, seria necessário um Estado interventor do tipo keynesiano, pressionando a redistribuição do fundo público, enquanto Cardoso e Faletto defendem o desenvolvimento *por meio* da dependência – fato colocado em andamento nas gestões de FHC no governo federal.

confronto com estas teses, muito pelo contrário. No entanto, elas parecem não chegar ao ponto da *dependência*, ou ainda do *desenvolvimento do subdesenvolvimento*: deste ponto de vista, essas dinâmicas observadas no plano concreto são expressões não excepcionais ou inevitáveis, ao demonstrarem não apenas *irrealizações*, mas *especificidades da realização*.

Um elemento fundamental nesta discussão, que ficou mais claro depois do PMCMV, é o papel do Estado (dependente). Em 2005, Oliveira polemizava em torno da questão, ao definir como retrocesso político a (pressuposta) perspectiva dos movimentos populares de generalizar o mutirão (e, portanto, na sua perspectiva, a autoconstrução) por meio das políticas públicas. Esta generalização seria a manutenção de um estágio primitivo das forças produtivas e do rebaixamento do custo da força de trabalho, além de pressupor o alto grau de desemprego. Tudo isso pelo fato de que a habitação autoconstruída, do seu ponto de vista, não é produzida como mercadoria: “Em outras palavras, é pôr a contradição em outro lugar. É preciso endereçar a construção da habitação decididamente para seu caráter de mercadoria. Isso fala o velho e jurássico socialista, porque a pior coisa no mundo da mercadoria é quando você não é mercadoria” (Oliveira, 2006, 73).

Fato é que foi o PMCMV que endereçou a habitação para seu caráter de mercadoria, colocando efetivamente “a contradição em outro lugar”: nas relações entre Estado, mercado e movimentos populares – enquanto a autoconstrução ganhou também outros contornos, realizada de maneira “pré-organizada” na maioria dos casos, em enormes ocupações de terra depois do lançamento do programa, acompanhadas de também enormes reintegrações de posse. O que se quer construir aqui como linha de argumentação é que estas articulações precisam ser compreendidas enquanto *forma*, que não é outra senão a *forma dependente*, no seu atual estágio, carregando suas permanentes mas atualizadas contradições.

Desta maneira, entendemos que para caracterizar a dependência é necessário dar luz aos seis pontos enumerados por Marx como causas contrariantes à lei tendencial da queda da taxa de lucro (ver nota 1), articulando-os com as transferências de valor que se tornam cada vez mais fluidas com mecanismos próprios à esfera das finanças. Parece-nos, no entanto, que também cabe um maior aprofundamento teórico – pois o fenômeno é observado no plano concreto, como veremos a seguir – em dois momentos: 1. na articulação entre estes pontos e a expansão do capital, ou seja, a dinâmica combinada entre expansão e manutenção (acumulação primitiva e permanente); e 2. no papel específico do Estado dependente como *gestor do capital*, ou seja, como centro do dispositivo de intervenção na concorrência que delimita o papel da economia dependente ao assegurar sua desigualdade por meio de um andamento “*não-automático*”. Nestes termos, pretende-se somar elementos do pensamento de Oliveira àqueles da TMD sem, no entanto, prosseguir no seu desdobramento keynesiano: neste ponto, nos parece claro que, embora o Estado tenha papel mais central do que aquele apresentado pela TMD, sua ação é *conformada* pela dependência e suas contradições *específicas*.

Seria mesmo impossível um desdobramento keynesiano clássico no Brasil por conta da sua especificidade dependente. Aqui os mecanismos do capital ganham uma dinâmica na qual, ao se realizarem, se invertem; ou, pelo contrário, se invertem para poderem se realizar. Ganham relevância aqueles considerados marginais nas economias centrais e, dialeticamente, ao fazê-lo, não negam a lógica sistêmica mas, inversamente, a corroboram. Nestes termos é que se faz inteligível a centralidade de processos e aspectos “arcaicos” do ponto de vista “dos de lá”, em particular os mecanismos de superexploração da força de trabalho e da terra. A particularidade é que o avanço da subsunção real do trabalho, da terra e do Estado ao capital se dá por mecanismos considerados apenas de maneira secundária, fortuita e temporária dentro daquilo que se

convencionou chamar de “desenvolvimento”. Aqui, portanto, os contornos da luta de classes são de outra ordem e, necessariamente, ganham relevância local momentos ou forças sociais não definidas ortodoxamente como tais. Assim, as cidades, e não apenas as fábricas, passam a ser organismos potentes de articulação das forças produtivas, mesmo porque aqueles que a conformam são os elementos que compõem os custos de reprodução da força de trabalho, chaves do enigma do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Vejamos como o *Lulismo* lidou então com elas.

O DESENVOLVIMENTO URBANO LULISTA

“A evidência é, considerada do exterior, que ainda que o desenvolvimento inicial da indústria de São Paulo fosse relativamente autônomo, está sendo ‘satelizado’ pela metrópole capitalista estrangeira e suas futuras possibilidades de desenvolvimento estão sendo progressivamente restringidas. Esse desenvolvimento (...) parece destinado a ser um desenvolvimento subdesenvolvido ou limitado, enquanto se realize nos atuais marcos econômico, político e social” (Frank, 1967).

FINANCEIRIZAÇÃO E SUAS MUDANÇAS NA PRODUÇÃO: AVANÇO DA SUBSUNÇÃO REAL, FLUIDEZ DAS TRANSFERÊNCIAS DE VALOR

Há uma mudança interna no setor da construção civil após 2005: sua articulação com o setor financeiro. Neste ano, o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) passa a funcionar efetivamente, depois de sua regulamentação em 1997, por conta de melhorias institucionais promovidas pelo governo Lula, criando instrumentos de ligação entre este mercado e o de capitais por meio da possibilidade de securitização da propriedade imobiliária (Royer, 2009). A reestruturação no setor passa por diversos mecanismos (realizados ou intermediados pelo Estado), que intervêm em pontos nodais da sua cadeia produtiva, a fim de dar volatilidade aos seus aspectos “não-conformes” a uma economia que avança as formas de subsunção real do trabalho ao capital por meio das formas do capital portador de juros e suas faces fictícias – um capitalismo “rentista”, segundo Paulani (2008).

Tais aspectos podem ser sintetizados na grande inércia representada pelo setor que tem como meio de produção a terra, expressão mais pura da materialidade, algo que tal capital quer se afastar. Os mecanismos responsáveis por esta necessária “desabsolutização da propriedade imobiliária” (Guerreiro, 2010; Tone, 2015) permitiram a maior rotatividade do capital³, intensificação das fontes baratas e espoliativas de financiamento que articulam Estado e fundo dos trabalhadores (o FGTS e Fundos de Previdência), multiplicação de fontes de financiamento (inclusive a captação privada), remuneração de capital estrangeiro por meio de fundos e ganhos especulativos associados a títulos mobiliários (CEPACs). Além disso, as empresas do setor abrem capital na bolsa de valores também em 2005, fazendo sua produção responder às necessidades de rendimento de outro tipo de capital (Guerreiro, 2010).

Como a flexibilidade da valorização do capital da empresa está no conjunto, e não em um empreendimento específico, as incorporadoras também conseguiram escapar de um perigo constante do mercado imobiliário: a falta de demanda. Os FIIs e CRIs e o entendimento de prédios corporativos como ativos financeiros – principal produção imobiliária que congregava a dinâmica

³ Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI) e as Letras de Crédito Imobiliário (LCI).

financeira no urbano até então – dependem da valorização do empreendimento específico, ou seja, estão estreitamente ligados a um mercado de alto padrão. Com a abertura das empresas há uma maior flexibilidade de investimentos, e a tendência, na segunda metade dos anos 2000, defendida arduamente pelo SECOVI (Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais), passou a ser o *mercado popular* – maior mercado do Brasil no setor imobiliário. O mercado de habitação popular é aquele com maior demanda em todo o país, porém com uma dificuldade muito grande de realização pelas empresas privadas por conta da falta de renda dos compradores. Nestes termos, é necessária para este mercado a intervenção estatal.

Foi o que aconteceu com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) do Governo Federal no início de 2009, que na soma de suas duas fases contratou mais de 2,6 milhões de unidades habitacionais. O programa foi desenhado junto às entidades imobiliárias (entre elas, o SECOVI), a partir do momento em que, com sua abertura de mercado, foi necessária a expansão das suas áreas de atuação, que começavam a não ter mais demanda em 2007⁴. Fica claro aqui a lógica do capital financeiro, que necessita de expansão continuamente, ao mesmo tempo em que fica claro também seus limites junto ao mercado imobiliário, que tem limites materiais muito bem definidos, ainda mais num país de mercado interno restrito pela *superexploração da força de trabalho*.

Segundo a Revista Exame:

“As exceções mais destacadas são as mineiras MRV e Tenda, que abriram o capital, respectivamente, em julho e outubro deste ano. Ambas têm foco no segmento residencial popular. Praticamente, todas as empresas do setor apostaram na venda de prédios de alto padrão, em áreas que mais parecem clubes de lazer. O princípio do negócio da MRV e da Tenda é fazer justamente o oposto: imóveis sempre iguais, com no máximo 70 metros quadrados de área. E, com isso, obtiveram um dos melhores desempenhos entre as companhias do setor”.

Esta conjuntura introduz outras necessidades na cadeia produtiva, relacionadas, principalmente, a um aumento absoluto das mercadorias produzidas e outro relativo, com incremento da produtividade e da diminuição do tempo de rotação do capital⁵. No entanto, o papel da burguesia interna no pacto de dependência a impede, historicamente, de investir no desenvolvimento das forças produtivas.

“Enquanto houver a possibilidade de venda de um produto produzido com meios arcaicos baseados na força animal, o que significa, enquanto não for imposto pelas regras da concorrência a redução do valor da unidade produzida, não haverá progresso. O capital faz avançar as forças produtivas

⁴ Neste ano o crescimento das empresas que tinham aberto capital nos dois anos anteriores entra em crise. Ver reportagem “A bolsa não perdoa” – Revista Exame 27.12.2007.

⁵ Sérgio Ferro fala especificamente que estes dois fatores são característicos da construção civil em país dependente, que a impedem de ser tão funcional para o sistema (no início da década de 1970): “Há, entretanto, na construção civil uma característica que diminui ligeiramente o efeito compensador para o sistema, no seu conjunto, de sua superior taxa de lucro: o tempo de giro do capital. Esquemáticamente, capitais produzem lucros reais (não os aparentes) maiores se seu tempo de giro for menor, supondo-se composições orgânicas semelhantes. Entretanto, devemos considerar o seguinte: em primeiro lugar, poucos capitais empregados em outros setores, principalmente industriais, têm composição orgânica tão baixa. Somente outros ramos atrasados seriam comparáveis. Mas, entre estes ramos atrasados, poucos têm a característica específica da construção civil: a quase ausência de capital fixo, investido em bens pesados de produção” (FERRO: 2006a [1972], 100).

mas ‘na marra’ e a contragosto. Por que se arriscariam os capitalistas se, com o ‘know-how’ adquirido, hábitos depositados, equipamento amortizado, administração e operários com comportamento conhecido e controlado produzem e vendem? Para que tentar e ousar temerariamente?” (FERRO: 2006a [1972], 85).

A necessidade de alterar as relações internas de produção da construção civil é uma condicionante nova, imposta por fatores externos (o que reitera a função dependente), que necessita, agora, de atualização da “plataforma de valorização financeira internacional” (Paulani, 2008) para continuar o mesmo mecanismo de transferência de valor. Assim, é necessária uma intervenção de uma instituição de classe para fazer esta atualização “na marra”, fazendo com que o capitalista individual mude seu comportamento, contra seus interesses imediatos. Daí entra o papel do *Lulismo* e seu Estado, por meio aqui do PMCMV.

“Seguramente, a forma de produção arcaica será contestada por capitalistas cuja fome próxima de mais-valia afasta a cautela a longo termo. Os prognósticos, no caso, são bastante difíceis. O que é seguro é que haverá atrito entre os capitalistas isolados e seus representantes no poder, que têm os olhos postos na classe e menos no seu componente particular. Mas não ultrapassará, seguramente, a região das disputas cordiais. Afinal, eles se entendem” (FERRO: 2006a [1972], 101).

Nada mais atual para explicar o que André Singer recentemente (Singer, 2015) questionou para a reflexão político-acadêmica: por qual razão, em determinado momento, o capital produtivo rompe com o PT, que se aliava a ele? Primeiro: como visto, tal capital se desenvolve no último período como forma de dar resposta a um novo momento da economia mundial, onde há predominância do capital financeiro. Segundo: a necessidade deste capital é apenas a de atualizar a plataforma de valorização representada pelo Brasil, e para isso serve-se do Estado como gerenciador do interesse de classe que enfrenta o do capitalista individual, do seu ponto de vista imediato. Faz isso através de *mecanismos de indução*, como a figura do *repassé* (analisado em seguida) e a obrigatoriedade de *certificação estatal*, que regula diretamente o gerenciamento da produção por meio de determinantes de produtividade internacionais (Baravelli, 2014). Neste sentido, há avanço das forças produtivas por um período determinado pelos interesses da finança, no qual os capitalistas individuais são coagidos a fazer transformações internas na produção por meio do Estado como representante de classe (expresso no pacto CUT/FIESP a que se refere Singer). Consolidado este período de atualização, muda a qualidade da necessidade do pacto de classes e os capitalistas individuais novamente retomam o poder do Estado (com o golpe parlamentar em curso) no seu habitual gerenciamento dos nossos elementos arcaicos ou subsumidos “na medida certa”, para que fluidifique o canal de transferência de valor.

NECESSIDADE DE MUDANÇA NO MERCADO DE TERRAS

A conformação da produção (e aqui vamos falar apenas da produção habitacional, objeto que nos preocupa no momento), é bom salientar, não significa simplesmente uma maior industrialização no sentido de uma maior composição orgânica do capital. Significa sim uma *conformação*, ou seja, uma adequação de forma – articulação de elementos dentro de uma totalidade coerente – que responda às necessidades atuais do capital *dentro dos marcos que os países dependentes sempre tiveram na dinâmica de acumulação*. Então vejamos.

A teoria da renda em Marx precisa ser retomada para que fique mais clara a hipótese ora apresentada que relaciona a esfera da produção, o capital fictício e o portador de juros, o Estado e

os proprietários de terra através do PMCMV. Pretende-se, com esta exposição, se aproximar das determinações que conformam tal totalidade mencionada, buscando descrever o caráter do aprofundamento do processo especificamente capitalista no Brasil, ou seja, a maneira própria de subsunção do processo social à forma capital entre nós, que é necessariamente diferente daquela dos países centrais. Neste sentido, como se verá, é mais frutífero entendermos a lógica de relação entre esferas de reprodução do capital e seus agentes a partir do seu entrelaçamento orgânico do que entender um ou mais deles como representantes de certa forma de “atraso” (em relação às formas especificamente capitalistas).

É o próprio Marx quem vai fazer esta ressalva ao ter uma de suas principais preocupações na descrição da renda da terra na demonstração de que ela é uma forma específica dentro da dinâmica de acumulação do capital e que, portanto, *não se encontra fora da lei do valor*⁶, como resquício de um modo de produção anterior (tipicamente feudal). Nesta perspectiva, a figura do proprietário de terras para Marx, longe de ser um simples “rentista”, tem papel central na distribuição da mais-valia socialmente produzida e, principalmente, *interfere na sua produção*. Esta é das principais contribuições de Marx na teoria da renda da terra que a insere, de maneira totalmente original, como momento específico dentro da dinâmica capitalista e não fora dela, como uma excrescência do passado a ser eliminada.

Pelo contrário, as determinações impostas por ela não apenas redesenham a distribuição da mais-valia de acordo com as necessidades de remuneração de cada fração do capital, mas atuam diretamente nas relações de produção ao conformar a composição orgânica do capital que tem a terra como meio de produção e, desta maneira, determinar o produto produzido na terra como mercadoria. Assim, Marx se dedicou, na sua teoria da renda da terra, a descrever os mecanismos e consequências de uma *renda especificamente capitalista da terra* – que não se confunde com arrendamento.

Marx vincula a renda da terra à sua capacidade de gerar mais-valia e, para além do lucro médio, um sobrelucro que será transfigurado em renda. Note-se movimento importante no entendimento da terra dentro da dinâmica de acumulação do capital: ela não tem valor em si (pois não foi gerada por trabalho humano) e, portanto, seu *preço* advém da sua *capacidade produtiva*. Ou seja, há vinculação direta entre as relações de produção e a terra.

Harvey está particularmente preocupado com o arcabouço teórico desenvolvido por Marx para a renda diferencial e de monopólio, conceitos que têm uma particularidade frutífera na análise do urbano. Chega mesmo a afirmar que “a renda absoluta não é a categoria importante. Os problemas teóricos reais, segundo descobriu Marx, não estão tanto em que Ricardo não admitiu a renda absoluta, senão em sua interpretação errônea da renda diferencial” (Harvey, 1990, 356. Tradução da autora). Tal observação é bastante relevante e faz efetivamente muito sentido. No entanto, a preocupação de Marx em descrever a renda absoluta não pode ser deixada de lado. Ele quer responder à pergunta: há renda mesmo no pior solo? Isso é importante pois coloca a renda diferencial no seu limite inferior que, para Ricardo, é igual à zero (a partir do qual, portanto, pode haver renda). Isso coloca um problema para Marx pois, desta perspectiva, a cobrança de renda (que efetivamente existe) no pior solo *não seria justificada pela lei do valor*.

⁶ “A única coisa que tenho que provar teoricamente é a possibilidade da renda absoluta, sem violar a lei do valor. Este é o ponto ao redor do qual tem girado a controvérsia teórica, desde os dias dos fisiocratas até a atualidade. Ricardo nega esta possibilidade, porém eu mantenho que existe” (Marx, citado em HARVEY: 1990, 352. Tradução da autora).

Tentaremos seguir o raciocínio de Marx na sua obra “Teorias da Mais-Valia” (MARX: 1975). Para o autor, “por renda diferencial entendo a diferença na magnitude da renda, a maior ou menor renda que se deve à distinta fertilidade dos diversos tipos de terra” (MARX: 1975, 206. Tradução da autora). Em seguida: “estabelecido isso, o problema se reduz ao seguinte: existe uma renda absoluta? Quer dizer, uma renda nascida do fato de que o capital é investido na agricultura, antes que na indústria; uma renda deste ponto de vista independente da renda diferencial ou do sobrelucro que rende o capital investido nas melhores terras?” (MARX: 1975, 207-8).

Interessa esta discussão na hipótese que queremos construir, pois a particularidade do investimento do PMCMV nas piores terras precisa ser compreendida para além da análise da localização, ou seja, da renda diferencial. Pois aparece como contradição (e Marx se detém nisso) o investimento nas piores terras no momento em que ainda há terra em melhores condições de produção. Da perspectiva da racionalidade do capital e da renda diferencial, não faz sentido o investimento produtivo em locais nos quais *será necessário investir mais e será mais custoso produzir a mesma mercadoria que se produziria numa melhor localização*. Do ponto de vista da estrita racionalidade construtiva (ou seja, do capital industrial da construção civil), produzir numa boa localização torna os insumos mais baratos e há menos serviços a serem feitos (menos inversão de capital necessário para equiparar a capacidade produtiva da terra às outras localizações: na prática, não são necessários investimentos em infra-estrutura, melhoramento de solo, patamarização ou estruturas adicionais necessárias numa terra de difícil desenho geométrico, entre outros). Por que então ir às terras piores?

Marx coloca que tais terras só serão usadas na produção (da perspectiva do capital) no momento em que: 1. É necessária a produção de determinadas mercadorias de subsistência da sociedade; 2. O consumo destas mercadorias especiais tem demanda superior à capacidade de produção das melhores terras; 3. *O preço de mercado destas mercadorias subiu o suficiente para que elas possam ser produzidas pagando o lucro médio mais a renda*. Não é em qualquer situação que as piores terras são utilizadas para a produção pelo capital, portanto. E Marx justifica a especulação de terra em cima deste argumento:

“A mera propriedade jurídica do solo não gera nenhuma renda fundiária para o proprietário. Entretanto, lhe dá o poder de subtrair suas terras à exploração até que as condições econômicas permitam uma valorização que lhe proporcione um excedente, seja o solo destinado à agricultura propriamente dita, seja a outros fins de produção, como construções, etc.. Ele não pode aumentar ou diminuir a quantidade absoluta desse campo de ocupação, mas sua quantidade presente no mercado. Por isso, como já observou Fourier, é um fato característico que em todos os países civilizados parte relativamente significativa do solo sempre permaneça subtraída ao cultivo” (MARX: 1986, 225).

Chama a atenção que a análise corrente do urbanismo entenda o uso das piores terras com dois argumentos principais: 1. Seu menor preço; e 2. A valorização dos terrenos vazios intermediários que se aproveitariam de estrutura urbana estendida para terrenos mais distantes e que passariam por eles sem investimento direto. A particularidade destas análises vem da compreensão de que a produção imobiliária urbana se move fundamentalmente através da lógica da renda diferencial, o que não deixa de ser efetivo. A questão é que não se coloca as *determinações da produção da mercadoria imobiliária*, independente da terra. Sem sair da esfera aparente, esta perspectiva quer demonstrar que *é mais barato produzir em terras piores, pois o preço delas é menor*. Não se faz a ligação, aqui, entre este preço e a capacidade produtiva da terra, ou seja, ele não é compreendido enquanto categoria derivada da renda e, portanto, da produção. O “preço”, dizem, é menor

porque tem localização ruim: uma racionalidade própria da lei entre oferta e procura que deixa de considerar, justamente, a lei do valor. A partir dela, poderia se compreender que há uma contradição imanente à produção nos piores terrenos, do ponto de vista do capital: *o custo de produção das mercadorias ali produzidas é maior.*

Segundo a perspectiva superficial do fenômeno, o capital não produz habitação popular simplesmente porque não há demanda – entendendo demanda aqui não como déficit, que é óbvio que há, mas como possibilidade de efetivação da mercadoria, ou seja, capacidade de pagamento. Havendo demanda solvável, haveria portanto produção de habitação popular *nas piores terras*, pois ali fica “viável” para o capital produzir pelo seu menor preço. O que não se considera neste ponto de vista é o que Marx indica como condição de uso destas terras *estritamente pela lógica do capital*: o preço de mercado deve ser alto o suficiente para cobrir o preço de produção (custo mais taxa média de lucro) acrescido da renda. E, deste ponto de vista, é necessário considerar que o preço de produção é maior do que a mesma mercadoria produzida em boa localização, e só pode ser efetivado porque há demanda (solvável) que necessita daquela mercadoria como necessidade básica, além da consideração de que o uso das piores terras é necessário para supri-la. Estas condições fazem com que o preço regulador de mercado seja dado pelo preço de mercado da mercadoria produzida na pior terra.

A produção de mais-valia pelos processos produtivos que usam a terra como fundamento tem dinâmica diferente do capital investido no processo industrial. Neste último, pela possibilidade da livre movimentação de capital entre os diversos setores da produção, há tendência à formação de uma equalização na taxa de lucro intersetorial. Desta maneira, diz Marx, os setores com baixa composição orgânica de capital (mais capital variável em relação ao capital constante), ainda que produzam mais mais-valia do que os setores de alta composição orgânica, não conseguem realizá-la internamente. Pois os preços de produção das mercadorias são diferentes do seu valor (trabalho socialmente necessário): neles, efetiva-se a taxa média de lucro intersetorial, e não aquela produzida dentro de um único setor, ou ainda menos dentro de uma única unidade produtiva.

No caso das mercadorias que dependem da terra este processo de equalização não ocorre pois há uma barreira para a livre movimentação de capital: a propriedade da terra. O capital não pode transitar livremente e não há equalização: não basta a decisão de investimento em novas terras (como bastaria no processo industrial, na decisão de investimento em outro setor produtivo). É necessário: 1. Que elas existam; 2. Que seu proprietário queira arrendá-la ou vendê-la; 3. Que o preço da mercadoria a ser ali produzida seja suficiente para compensar os custos adicionais, inclusive com a terra; 4. Que haja demanda solvável para estas mercadorias. Dentro destas limitações todas, ocorre que o preço regulador de mercado de tais mercadorias passe a ser daquelas produzidas *nas piores terras*, pois elas conseguem realizar seu valor (ou parte dele), que está acima do preço de produção (definido com a taxa média de lucro).

Continuando: “Decorre, finalmente, que nesse caso o encarecimento do produto não é a causa da renda, mas a renda é a causa do encarecimento do produto” (MARX: 1986, 229). Harvey completa: “A intervenção dos proprietários de terra afeta aqui o valor de mercado, e sua postura em respeito à acumulação já não é tão neutra” (HARVEY: 1990, 360. Tradução da autora). E, para alterar o valor de mercado, o que nos interessa mais diretamente é a necessidade de transformação na produção: “A renda talvez não determine o preço do produto diretamente, porém determina o *método de produção*, se uma grande quantidade de capital se concentra em um lote pequeno de terra, ou uma quantidade menor de capital se difunde sobre um terreno maior, ou se produz este ou aquele tipo de produto” (Marx, “Teorias da Mais-Valia”, citado em HARVEY: 1990, 361. Tradução da autora).

Retomando o caso específico do PMCMV, tais considerações nos ajudam a formular algumas hipóteses. Principalmente pelo fato de que é necessário o esforço teórico de entendimento da produção *especificamente capitalista* do PMCMV, muito diferente do caso do BNH, onde a interferência do Estado fazia com que a lógica estrita do capital não funcionasse de maneira completa. Ali, efetivamente, construía-se nas piores terras pois elas eram mais baratas, independente do produto produzido nelas. No caso do PMCMV esta lógica deixa de fazer sentido. Vejamos.

No caso do BNH, era suficiente a decisão estatal de comprar as piores terras pois a lógica envolvida era justamente o uso do fundo público para a expansão urbana, com benefícios para os terrenos intermediários e para as construtoras, que podem efetivar o valor da sua mercadoria (e, portanto, lhes é confortável manter baixa a composição orgânica do capital na construção civil) independente do mercado e do capital de investimento – monopolizado pelo Estado. Nesta lógica, vale a análise corrente dos urbanistas citada acima, pois o Estado cumpre um papel tal que *retira da dinâmica de acumulação especificidades inerentes ao capital*, principalmente a determinação produtiva conformada ao mercado de terras e de capitais.

No PMCMV estas condicionantes devem necessariamente mudar. A principal delas é a função do Estado: a mudança fundamental da dinâmica econômica na política habitacional vem da passagem de mecanismos de demanda (o BNH) para mecanismos de oferta (o PMCMV). Ou seja, não interessa exatamente o que é demandado, mas o que é ofertado. Nesta lógica, deixam de importar diretamente as necessidades próprias da produção habitacional e urbana, mas as necessidades de reprodução do capital. Isso é expresso claramente na mudança da estrutura de financiamento do BNH para o PMCMV: no primeiro, o preço pago pelas unidades habitacional era calculado segundo as necessidades próprias de sua produção. No segundo, aparece a figura do “repasso”, que tem papel específico na conformação do neodesenvolvimentismo.

O repasse nada mais é do que a formação “*não-automática*” do preço regulador de mercado, consequência prevista por Marx a partir da lógica específica que a renda absoluta impõe para o uso das piores terras: é necessária a elevação do preço de mercado para que as piores terras sejam utilizadas para a produção, sem a qual não é possível investimento de capital numa produção mais custosa. Nestas condições *especificamente capitalistas* (diferentes, portanto, do BNH), a subsunção real da produção passa a ser fundamental. É o Estado que vai determinar o preço regulador, como “*preço social*” (que será sempre o mesmo, pelo mecanismo do repasse, independente das diferenças específicas de cada empreendimento) e assegurar a demanda, tornando não apenas viável, mas atraente, a produção mais custosa nas piores terras. Estas condições só são aceitas na medida em que possibilitam a introdução de mudanças na produção, principalmente em relação à composição orgânica do capital.

Se, no BNH, era importante a manutenção da baixa composição orgânica, no PMCMV acontece o contrário: como o preço regulador é pré-definido artificialmente não é necessário o excedente de valor acima do preço de mercado. Este pressuposto colocado por Marx para a definição da renda absoluta (baixa composição orgânica que assegure um valor da mercadoria acima de seu preço de produção) *pode deixar de funcionar na realidade, mantendo, no entanto, sua consequência*. Isso ocorre porque o valor de repasse é calculado (obrigatoriamente) segundo uma tabela de composição de custos⁷ que se baseia numa forma de produção tradicional, ou seja, de baixa

⁷ O SINAPI: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, feito pela Caixa Econômica Federal de maneira regional e setorial, atualizado a cada três meses. “Segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Sinapi é ‘referência

composição orgânica. Na realidade do canteiro de obras esta composição pode aumentar, *mas ela continuará sendo paga pelo custo mais alto*⁸. Desta maneira, a produção pode assumir características próprias da produção industrial, sem os riscos da mesma.

Esta configuração *aparece*, à primeira vista, um problema para o capital, pois ele estaria perdendo a possibilidade de efetivar sobrelucro. Na verdade, este sobrelucro sempre foi absorvido pelos proprietários de terra e compensado no salário dos trabalhadores (com salários abaixo do seu valor), configurando uma dinâmica de acumulação subsumida formalmente ao capital e que pouco trabalhava, conseqüentemente, no desenvolvimento da subsunção real da produção da construção civil ao capital – prevalecendo pouca industrialização e pouco controle do trabalho. Assim, vemos que a aparência de controle dos gastos públicos e ganhos do capital, na verdade, trabalha para *tornar mais fácil o trânsito de capitais nos diversos setores da produção, absorvendo setores limitados pelo uso da terra*. Com esta absorção, *eleva-se de forma artificial (pois mantida pelo Estado) a taxa média de lucro, pois os setores ligados à terra passam a compor a equalização*.

Para a formação desta conjuntura, seria necessária a eliminação da terra como barreira à equalização. Isso é articulado de duas maneiras: pela formação de imenso banco de terras pelas empresas do setor imobiliário, acionada pela lógica da abertura de capital (na qual é necessário dar garantias ao capital financeiro de que há campo de expansão produtivo, ou seja, captura de trabalho futuro); e pela determinação do valor da terra dentro do valor de repasse na Faixa 1⁹, que *dá preço ao que antes não tinha, pois não podia ser absorvido pelo setor imobiliário na medida em que não havia condições de mercado para a construção nas piores terras*. Há um boom de incorporação de novas terras à produção, tornando seu caráter de barreira à equalização muito frágil. É, portanto, a articulação da lógica do capital fictício (na abertura das ações em bolsa do setor imobiliário) com a *indução* do Estado neodesenvolvimentista (“indutor” e “estratégico”) que se torna possível, por um lado, o aprofundamento da subsunção real do trabalho ao capital no setor da construção civil; e, por outro, o aumento da taxa média de lucro geral.

Com esta configuração, efetivamente retornamos a Harvey e a prevalência da dinâmica da renda diferencial no urbano – característica de acumulação especificamente capitalista do setor imobiliário. É necessário frisar, no entanto, que entre nós (países dependentes) o caráter de urbanização periférico deve articular a renda diferencial com a *necessária* incorporação de novas terras (de pior produtividade) ao campo produtivo, dinâmica característica da renda absoluta. Cabe, nesta articulação, frisar o papel específico do que justamente Harvey denominou *acumulação via espoliação*, ou seja, a necessidade da manutenção do *outro* do capital, pois é nele

de razoabilidade de preços de obras públicas executadas com recursos federais’ e, nesta condição, fornece a base técnica de orçamento para edificação de todos os empreendimentos do MCMV” (Baravelli, 2014, 38-39).

⁸ “No programa MCMV, o período de transição em que estes ganhos de produtividade são monopolizados nos canteiros de obras da Faixa 1 podem se estender por anos, uma vez que não são ganhos detectados pelo instrumento mais efetivo para generalizar as taxas de produtividade no programa: a tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi). A forma convencional como as composições de custo do Sinapi representam os processos de trabalho da construção habitacional acaba por remunerar todos os empreendimentos do programa MCMV conforme uma produtividade média, que é transmitida para as medições físicas de obra por meio das Planilhas de Levantamento de Serviços (PLS). Desta forma, o programa MCMV remunera apenas composições orçamentárias genéricas, não a produtividade real das empresas construtoras” (BARAVELLI: 2014, 184-5). E ainda: “Esta discrepância é um indício que a tabela pública não só adota como premia o conservadorismo tecnológico na construção civil” (Idem, 43).

⁹ O valor pré-estabelecido para a terra nesta modalidade do programa é de 15% do valor do repasse, valor que se aproxima muito da taxa Selic. Desta maneira, corrobora a hipótese de que a terra precisa ser um ativo financeiro, tendo minimamente um rendimento próximo (neste caso, *maior*) do que os títulos mobiliários.

que há campo expansivo. Daí o papel da periferia, articulando Estado, capital fictício, portador de juros, produtivo e fundiário numa permanente absorção de novos setores.

Neste aspecto de *permanência* ainda há um comentário a ser feito. A dinâmica de elevação artificial do preço da mercadoria imobiliária e da terra pela lógica da renda absoluta, tem consequências em todo o mercado por participar da elevação da taxa média de lucro. Particularmente no mercado imobiliário. Isso significa que há elevação do custo do aluguel (por conta do aumento do preço da terra) generalizado, não acompanhado pelo aumento de salário. Uma particularidade desta dinâmica é que a taxa de lucro não aumenta por conta da incorporação de setores de composição orgânica mais baixa (pois vimos que o setor da construção civil se aproxima da composição industrial), mas por conta da incorporação de um setor que tem o preço regulador de mercado definido artificialmente e mantido pelo Estado. Ou seja, não é o aumento da proporção do capital variável que está definindo o aumento de mais-valia e o salário, portanto, não acompanha este movimento de aumento da taxa média de lucro.

Portando há uma tendência de aumento do custo de reprodução da força de trabalho (pelo aumento do custo de moradia) não acompanhado pelo salário. Isso tem duas consequências: a fuga para o endividamento (e daí o incremento do crédito popular) e o aumento do déficit habitacional por custo excessivo. Nos dois casos há retroalimentação do capital: o portador de juros através do crédito, e a *permanência* da pressão da demanda sobre a dinâmica da incorporação de novas (piores) terras, já que o déficit, pelo PMCMV, foi capitalizado e transformado em demanda. Portanto, o mesmo mecanismo que dá, retira – numa articulação *específica* entre Estado e capital, na periferia. A manutenção do déficit também mantém o salário baixo, comportando-se de maneira parecida com o exército industrial de reserva (que pode ser entendido como déficit de trabalho).

Embora a forma urbana de padrão periférico e homogêneo permaneça em relação ao BNH, é fundamental aqui apontar as diferenças. O PMCMV responde a outras necessidades e tem outra articulação entre Estado, capital, proprietários de terra e o trabalho, conformando uma produção subsumida e adequada ao papel de plataforma de valorização internacional (como definiu Leda Paulani), com seus novos contornos no mercado aberto. Nesta nova articulação, para a permanência do velho papel (mal escondido sob a ideológica alcunha neodesenvolvimentista, como visto acima), o Estado *indutor* costura os diversos interesses: do capital fictício internacional, ao manter as metas de superávit e conformar as empresas brasileiras do setor imobiliário às suas exigências; do capital portador de juros, ao inserir toda uma população antes desvinculada do sistema de crédito; do setor produtivo, ao elevar a taxa média de lucro; dos proprietários de terras, ao incorporar grande quantidade de terra parada e com isso aumentar seu preço como um todo, inclusive nos aluguéis; e, por fim, do trabalho, ao proporcionar-lhe emprego e habitação.

Toda esta articulação, é necessário lembrar, está pautada não apenas no avanço das forças produtivas, mas principalmente na transformação das relações de produção e sua articulação com a dinâmica fundiária, em resposta às necessidades do capital fictício. Como dito anteriormente – e os trabalhos de Lúcia Shimbo (SHIMBO: 2012), José Eduardo Baravelli (BARAVELLI: 2014) e Beatriz Tone (TONE: 2015) nos dão base para afirmar isso – há transformações da produção que configuram, principalmente, um avanço da proletarização na construção civil, entendida aqui como um aprofundamento da subsunção real do trabalho ao capital na medida em que “revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e dos agrupamentos sociais” (MARX: 1984, 106), afastando o trabalhador do seu produto de trabalho, sob o qual ele tem cada

vez menos controle. Isso é efetivado com novas tecnologias de produção¹⁰ e especialmente de controle centralizado do capital¹¹, ambas modificações *induzidas* pelo Estado ao definir o financiamento via repasse e constranger as empresas aos certificados de qualidade (exigências em todas as faixa do PMCMV, e que portanto ultrapassam os limites das empresas de capital aberto).

LULISMO COMO ATUALIZAÇÃO DA DEPENDÊNCIA

“(…) Toda tese da ‘sociedade dual’ é falsa e as recomendações de política as quais conduz, caso realizem-se, servem somente para intensificar e perpetuar as próprias condições de subdesenvolvimento que supostamente devem remediar” (Frank, 1967)

A análise aqui empreendida, bastante focada nas transformações do estatuto da terra como meio de produção e seus inevitáveis resultados urbanísticos, claramente não é suficiente para a compreensão do fenômeno *lulista*. Queremos chamar a atenção para o fato de que, ainda assim, diz muito a respeito. Nossa proposta é a de que o *Lulismo*, entendido pela bibliografia, entre outros aspectos, como um pacto de classes específico, deve ser encarado, sob este mesmo ponto de vista, como a melhor expressão do estilo da luta de classes interna do país, num momento histórico específico. Se os autores aqui elencados (inclusive Oliveira) estiverem certos, a dependência não se caracteriza pelo automatismo reflexo da nossa economia frente aos ditames externos: ela é conformada *internamente* por uma específica forma de relação de classes. Deste ponto de vista, o *Lulismo* como conteúdo atual desta forma é a estrutura política específica do Estado dependente que melhor responde às necessidades do capital do momento histórico que estamos presenciando eclipsar. Tal forma política típica da posição dependente não pode ser entendida apenas pelo viés dos ganhos dos trabalhadores, mas como expressão desta luta de classes historicamente determinada.

No caso do PMCMV, o dito investimento público em habitação com poupança nacional, de caráter aparentemente desenvolvimentista, é realizado, na verdade, com finalidade de compor o circuito de reprodução de capital portador de juros através da criação de ativos e liquidez de mercado tendo em vista a criação de propriedade a ser remunerada e liberação de poupança familiar (antes travada no aluguel) para endividamento no sistema de crédito – que é capital circulante. Rearticula o processo de expansão e intensificação da terra, com consequências urbanas desastrosas e avanço da subsunção real do trabalho ao capital por meio da reestruturação produtiva na construção civil. Além disso, segundo Raquel Rolnik, o modelo de subsídio à demanda, característica da financeirização de países subdesenvolvidos (ROLNIK: 2015) seria, de acordo com o Banco Mundial, “um incentivo disponibilizado pelo governo para permitir e persuadir um certo grupo de produtores ou consumidores a fazer algo que estes não fariam, através da diminuição do custo de oportunidade ou do aumento dos benefícios potenciais em fazê-lo” (ROLNIK: 2015, 93-4).

¹⁰ Principalmente o Concreto Alto Adensável (CAA), sistema que utiliza formas pré-fabricadas da totalidade da casa. Nele, há intensa simplificação do trabalho (tendência apontada por Marx), precarização através da terceirização e grande ganho de produtividade com controle do trabalho, indicando um avanço das formas de mais-valia relativa e, portanto, de subsunção real do trabalho ao capital. Desta maneira, a indução estatal à inovação da produção nas construtoras poderia significar um incentivo à produção nacional de tecnologia e conhecimento, porém todo este aparato tem origem externa com adaptações nacionais (BARAVELLI: 2014).

¹¹ Baravelli (2014) dá especial atenção a este elemento ao descrever os procedimentos de controle realizados eletronicamente por meio das Fichas de Verificação de Serviço e das adaptações necessárias à certificação das empresas.

Consolida-se, assim, os fundamentos da inserção do potencial brasileiro no mercado de crédito, ao dar condições para que uma massa de propriedade (de terra, de salário) possa ser disponibilizada e multiplicada (por conta da forma condomínio própria ao PMCMV, segundo Tone (2015)). É importante salientar que este processo não configura um mercado secundário de hipotecas como o modelo americano (FIX: 2011) e, do ponto de vista da dependência, *nunca se configurará da mesma maneira*. Sua relação com o mercado de capitais é via crescimento do crédito, inicialmente. No entanto, entendemos que esta não é a característica principal do movimento operado pelo aspecto institucional e financeiro do PMCMV.

Parece-nos que o que está em jogo é a necessária atualização das forças produtivas e relações de produção para dar respostas adequadas à posição dependente sendo que, assim que esta medidas se consolidam, a luta de classes toma outros rumos, fato que se observa neste momento do país. Não se trata, portanto, de uma onda conservadora que responde a uma política progressista de ataque ao capital: é sim uma onda conservadora que quer retomar o ciclo de acumulação em outro patamar após a reestruturação pós-crise, possível na condição dependente apenas por um estilo de luta de classes que consegue pactuar interesses na medida em que promete – e cumpre – atualizar as condições técnicas da dependência. O viés de um arcaísmo atávico é também expressão social, cultural e política deste momento, no qual explode o esgotamento de um modo extremamente espoliativo de reestruturação produtiva, da qual urbano faz parte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARAVELLI, J. E.. *Trabalho e Tecnologia no Programa MCMV*. Tese de Doutorado, FAU-USP. São Paulo: 2014. Orientação de Ermínia Terezinha Menon Maricato.
- BRAGA, R.. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- CARDOSO, F. H.. "Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência". In: SERRA, J. [org.]. *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FERRO, S.. *Arquitetura e Trabalho Livre*. São Paulo, CosacNaify, 2006a.
- _____. *Nota Sobre "O Vício da Virtude"*. In: Revista Novos Estudos 76, Cebrap, Nov. 2006b.
- FIX, M.. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. Tese de Doutorado, Campinas, Instituto de Economia-UNICAMP, 2011. Orientador Wilson Cano.
- FRANK, A. G.. *El desarrollo del subdesarrollo*. In: Revista Pensamiento Crítico, Havana, nº7, agosto de 1967, pp. 159-172.
- GUERREIRO, I. A.. *Arquitetura-capital: a funcionalidade dos edifícios corporativos paulistas*. Dissertação de mestrado, São Paulo, FAU-USP, 2010. Orientação: Vera Maria Pallamin.
- HARVEY, D.. *Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1990.
- MARINI, R. M.. "Dialética da Dependência". In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J.P. [orgs.]. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

MARX, K.. *Teorias sobre la Plusvalía*. Buenos Aires, Editorial Cartago, Segunda Parte, 1975. Tradução de Floreal Mazía.

_____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. São Paulo, Editora Abril, Volumes I Tomo 2 (1984) e IV (1986). Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.

OLIVEIRA, F. de. *Crítica à Razão Dualista e O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. *O Vício da virtude: Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil*. In: Revista Novos Estudos 74, Cebrap, Março 2006.

PAULANI, L.. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

ROLNIK, R.. *Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

ROYER, L. de O.. *Financeirização da Política Habitacional*. Tese de doutorado, São Paulo, FAU-USP, 2009. Orientação: Ermínia Maricato.

SHIMBO, L. Z.. *Habitação social, Habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Tese de doutorado, São Carlos, EESC-USP, 2010. Orientação: Cibele Saliba Rizek.

SINGER, A.. *Os sentidos do Lulismo – reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Cutucando Onças Com Varas Curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)*. In: Revista Novos Estudos 102, Cebrap, Julho 2015.

TONE, B. B.. *São Paulo, Século XXI: Valorização imobiliária e dissolução urbana*. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2015. Orientação de Paulo César Xavier Pereira.